



José Gabriel Ávila*

Todos iguais, todos diferentes

Mal sabia eu que, nesta terra do Arcaño, há um surdo mal-estar latente que não se compadece com o centralismo de Ponta Delgada, *“tanto ou pior do que Lisboa.”*¹

O distinto historiador ribeiragrandense Mário Moura, no último escrito sobre as potencialidades desaproveitadas do *“fabuloso”* porto nortenho de Santa Iria, interdito desde 2006, tece uma série de considerações sobre o seu mal fadado destino que, há um século, foi também porto baleeiro.

Sem rodeios, o articulista acrescenta: *“Tudo não passará de delírios poéticos, se os donos da Região que moram na Ilha, não virem a ilha além da Ilha que veem”*. E, em jeito profético, previne: *“Não estiquem mais a corda desta Autonomia ou a corda salta e salta a Autonomia”*.

O aviso de Mário Moura, vindo do lado norte da ilha, é sintomático e expressivo, pois denuncia um centralismo que *“ninguém na Ilha pediu a Ponta Delgada e suponho que nas restantes ilhas também (...) que fosse o único motor de desenvolvimento.”*

Desde que foi elevada a cidade, a Ribeira Grande tem-se desenvolvido devido sobretudo à vontade e espírito de iniciativa do empresariado local e de alguns emigrantes. Hoje é o terceiro mais populoso concelho dos Açores e o segundo maior contribuinte fiscal.

Sou do tempo em que os Engenheiros Armindo e Ezequiel Moreira da Silva, nos primórdios da produção geotérmica, anteviam enormes benefícios da utilização dos vapores e águas quentes para aquecimento de edifícios e para regas da área agrícola. Infelizmente, esse projeto nunca foi concretizado. O mesmo aconteceu com as abundantes várzeas que circundam a cidade, terrenos férteis que produziam hortícolas, milho e beterraba, e que hoje são mais pastagens.

Pese embora o potencial da zona norte de São Miguel, onde se vêm concretizando vários investimentos hoteleiros e a aposta bem sucedida nas atividades náuticas, falta um plano económico e social que aponte para novas alternativas de negócios, atraia mais investidores e fixe as jovens gerações às suas terras de origem.

É para isso que serve a Autonomia política e administrativa e devem ser essas as competências que importa desenvolver e afirmar.

Quando se atribui a maior importância da revisão estatutária à extinção do cargo de Representante da República, como se o nosso atraso se devesse a essa excrescência do centralismo atávico, ou se releva, em permanência, dificuldades de relacionamento entre a Região e os órgãos de soberania no exercício do poder regional, disfarçando incompetências governativas na tomada de decisões que há muito se reclama, está-se a alijar responsabilidades políticas que só os incautos não entendem.

No meio de tudo isto, persiste ainda a mentalidade da *“capital dos Açores”*, fortalecida por lóbis económicos, comerciais e políticos que olham mais pelos seus interesses que para os problemas e dificuldades dos açorianos de várias ilhas e concelhos. São disto exemplo, questões essenciais como a saúde, o emprego, o envelhecimento e o declínio demográfico.

Há cerca de um ano, o Conselho Económico e Social, sob a presidência de Gualter Furtado, assumiu esta questão como prioritária para o desenvolvimento insular. Todavia políticos e governantes regionais e locais não deram grande importância ao problema, nem, em conjunto, tentaram encontrar respostas para estancar a hemorragia que alimenta o centralismo açoriano. Passadas quatro décadas, a velha estrutura administrativa ex-distrital mantém-se intocável, com a benção de todas as forças políticas que não entendem que o centralismo regional prejudica o tão apregoado *“desenvolvimento harmónico”* e a Autonomia em que acreditaram as populações insulares.

Os resultados estão à vista. Continuamos na cauda do desenvolvimento nacional, apesar dos apoios constantes da UE e da consagração estatutária do *“direito à justa compensação e à discriminação positiva com vista à atenuação dos custos da insularidade e do carácter ultraperiférico da Região”* (artº7º do Estatuto). Esta norma só é referida para reivindicar apoios financeiros do poder central, quando deveria constituir o pressuposto das ações do executivo para atenuar os custos da insularidade e a ultraperiferia existentes em algumas ilhas e concelhos que frequentemente se confrontam com um baixo poder de compra e condições de vida menos dignas.

A visita estatutária anual do Governo às ilhas impedidas de nelas se instalar secretarias e direções regionais é a prova de uma Autonomia Cen-

tralizada, distante dos problemas dos cidadãos e como tal, geradora de descrença, inoperância e desunião que corroem um projeto político que prometia trazer significativas melhorias aos açorianos das nove ilhas.

A história dessas visitas, ao fim de quatro décadas de democracia, revela um distanciamento entre a população e os governantes, quando essas seriam oportunidades para estreitar um relacionamento saudável entre eleitores e eleitos e conhecer o *“modus vivendi”* dessa gente, sem o que não é possível tomar decisões acertadas. Os governos, habitualmente, limitam-se a visitar obras sob a sua tutela e a anunciar pequenos empreendimentos. Não me recorde de alguma vez se ter ouvido e discutido com a população e seus representantes alternativas ao processo de desenvolvimento futuro de cada ilha, pois cada uma tem capacidades e problemas próprios. Mais ainda agora que o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) apresenta um novo instrumento estratégico e novos financiamentos destinados a repor o crescimento económico sustentável tendo por base uma sociedade mais ecológica e digital, visando a convergência com a Europa.

Infelizmente, após o caso mal sucedido das *“agendas mobilizadoras”*, o PRR parece ser assunto proibido. Não podemos perder esta oportunidade.

Os Açores, pela sua posição geoestratégica e pelas potencialidades que reúnem na economia azul e na exploração espacial não podem limitar os seus projetos e investimentos a setores agro-alimentares em crise e ao turismo.

A aposta alternativa é a investigação científica que começa a dar os primeiros passos, a inovação do fabrico de produtos típicos açorianos, como o queijo, a doçaria regional, o ananás, o mel de incenso, o vinho, o peixe fresco, e até o turismo de saúde.

Há tanto que melhorar para atingirmos mais depressa o patamar de desenvolvimento que tanto ambicionamos e a que temos direito.

Quem se perder em questões de lana-caprina, que só criam cisões e alimentam interesses de grupelhos políticos e económicos, não pode merecer a nossa confiança.

Concentrar forças e mobilizar governantes, políticos e cidadãos é um objetivo incontornável para fazer dos Açores uma terra onde, de Santa Maria ao Corvo, todos se sintam tratados por igual em direitos e deveres.



<http://escritemdia.blogspot.com>

Bibliografia

¹MOURA, Mário, Jornal *“Diário dos Açores”*, 14-11-21, pag 5

*Jornalista c.p.239 A